Contraponto

Jornal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro – Fevereiro de 2016 – Nº 80 – Ano 10
Av. Presidente Vargas, 509/11º andar – Centro – Rio de Janeiro
CEP 20071-003 – (21) 2215.2443

SISEJUFE FENAJUFE CUT

Sisejufe luta para que PL 2648 vá direto para votação em plenário

Foto: Samuel Tosta

Páginas 6 e 7

Isonomia dos chefes de cartório deve ser implementada a partir de abril e os novos cargos em julho

A estratégia da direção do Sisejufe em intensificar a negociação para implementar a isonomia dos chefes de cartório da Justiça Eleitoral deu resultado positivo. Após trabalho intenso da diretoria do Sindicato, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, assinou no dia 29 de janeiro ofício com pedido de alteração do Anexo V da Lei Orçamentária Anual (LOA) para recompor grande parte do orçamento da Lei 13.150/15, cortado pelo governo em novembro de 2015. Segundo o Tribunal, o orçamento será suficiente para garantir a isonomia dos chefes de cartório (FC-6) a partir de abril e os novos cargos de analista judiciário (AJ) a partir de julho deste ano.

Fernanda Lauria, diretora do Sisejufe que participa ativamente das negociações, foi informada no dia 21 de janeiro, pela secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Esther Dweck, que o Planejamento concordava com a alteração no anexo V da LOA.

"A secretária ainda informou que, após solicitação pelo TSE, a alteração do anexo V será feita por meio de projeto de lei de iniciativa do Executivo e que os recursos têm que vir de remanejamento da própria Justiça Eleitoral", afirmou Fernanda Lauria.

Depois da reunião com a secretária, a diretora do Sisejufe procurou o TSE, que, após confirmação com o ministério, iniciou estudo sobre as possibilidades de remanejamento do orçamento. Segundo Fernanda Lauria, a luta agora é para o Planejamento agilizar a elaboração do projeto de lei para que seja aprovado o mais rapidamente possível.

Páginas 4 e 5

Editorial

O que esperamos do 9º Congrejufe

Em abril, nossa categoria voltará atenção para Florianópolis (SC) e aguardará com expectativa os resultados dos debates que o 9º Congrejufe produzirá, para além do novo comando da Fenajufe que conduzirá os rumos da organização dos trabalhadores do Judiciário Federal no triênio 2016-2019. Mais do que nova diretoria, fruto da correlação de forças e posições ideológicas, os servidores esperam por posicionamentos que reflitam demandas, antigas e novas, como a busca por plano de carreira que padronize e qualifique a gestão e a relação de trabalho, meta prioritária desde 2007.

A categoria busca política salarial justa e permanente, que garanta recomposição de perdas e ganhos reais. Um Judiciário democratizado, sem relações verticais autoritárias, que valorize e dê condições dignas ao trabalhador, entre outras questões.

O Judiciário, por meio da implantação de metas e da virtualização, vem adoecendo os trabalhadores. Uma equação que não fecha quando se exige mais trabalho, com menor tempo de processamento e mesma quantidade de servidores. Um plano de carreira não é o remédio para os males. Porém, se construído de forma correta, pode constituir legislação que vede a terceirização e a precarização no trabalho, se contraponha ao assédio moral, enfrente questões de saúde com políticas de prevenção e de eliminação das condições insalubres e de risco, contenha uma política clara de capacitação e qualificação e expresse política salarial de valorização do servidor.

Organizar a luta com unidade é outro desafio do Congrejufe. Disputas entre correntes ideológicas deixaram de respeitar divergências políticas e invadiram o campo da falta de bom senso com embates intolerantes. Preocupa-nos o retrocesso e a perda de confiança dos trabalhadores em suas lideranças.

Recuperar a unidade passa por compreender limites e diferenças, por reconhecer a caminhada do passado para balizar o futuro, por entender que a síntese é o produto da pluralidade de ideias. A divisão atende a patrões e governos; a intolerância afasta a categoria da luta e abre espaço para consolidar relações cada vez mais desiguais entre administrações e trabalhadores. O que esperamos do 9º Congrejufe é a construção de nova etapa de lutas na federação, mais democratizada, plural, espelho dos trabalhadores que são a razão dela existir.

9 de março às12h

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ELEIÇÃO DOS DELEGADOS
AO 9º CONGREJUFE

Em local a ser definido

Contraponto
SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: http://sisejufe.org.br
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Adriana Aparecida P. Tangerino, Adriano Nunes dos Santos, Alexandre G. dos Santos, Amadenison V. Ramos, Amaro das G. Faustino, Ângelo Henrique V. da Rocha, Cláudio Vieira de Amorim, Dulavim de O. Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Eliana P. Campos, Fábio Filardi da Silva, Fernanda Estevão Picorelli, Fernanda Lauria, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Jorge Luiz F. de Queiroz, José Fonseca dos Santos, Jovelina Alves da Silva, Leonardo M. Peres, Lucena P. Martins, Lucilene L. Araújo de Jesus, Luís Amauri P. de Souza, Marcelo Costa Neres, Mariana Ornelas de A. G. Liria, Mário César P. D. Gonçalves, Maristela de Souza Vicente, Mauro Nilson F. dos Santos, Neli da Costa Rosa, Olker G. Pestana, Ricardo de A. Soares, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo S. Valverde, Rinaldo de Oliveira Moraes, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Sonia Regina Rezende, Soraia G. Marca, Valter N. Alves, Willians F. de Alvarenga
ASSESSORIA POLÍTICA: Vera Miranda
EDIÇÃO: Tais Faccioli (MTE 22185)
REDAÇÃO: Max Leone (MTE RJ/19002/JP) – Tais Faccioli (MTE 22185) – Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685)

DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **CHARGE:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Ricardo Quiroga Vinhas, Max Leone, Valter Nogueira Alves e Vera Miranda
IMPRESSÃO: Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 7.300

Coletivo de Técnicos do Judiciário Federal avança na mobilização pela valorização da carreira

Cotec-RJ Além do Sisejufe, 27 entidades apoiam a bandeira do nível superior

Servidores técnicos e diretores do Sisejufe se reúnem para discutir a valorização da carreira e esclarecer dúvidas sobre o Cotec

O Rio de Janeiro está intensificando a luta pela valorização da carreira de técnico Judiciário Federal. Neste momento, o objetivo principal da diretoria do Sisejufe e dos servidores que já abraçaram essa bandeira é esclarecer as dúvidas da categoria quanto à mudança de escolaridade para ingresso na carreira e desmistificar boatos.

A mobilização começou a ganhar mais força em 2014. E no início do ano passado, atendendo ao anseio de técnicos judiciários de todo o país, a Fenajufe deliberou que fossem criados coletivos de técnicos em cada sindicato filiado. Com base nessa decisão, em 8 de abril de 2015, nasceu o Coletivo de Técnicos Judiciário do Rio de Janeiro (Cotec-RJ), em reunião que contou com a presença dos diretores Ronaldo das Virgens, Luis Amauri e Mauro Figueiredo, além do representante de base João Mac Cormick. Três dias depois, a delegação do Rio participou do primeiro encontro do Coletivo de Técnicos em Brasília.

Na Plenária da Fenajufe, realizada entre os dias 23 e 25 de outubro de 2015, na Paraíba, foi aprovado o anteprojeto de lei de Nível Superior para técnico do PJU. Vinte e oito entidades, incluindo o Sisejufe, já aderiram ao mesmo. Apenas Pará, Amapá e Maranhão ainda não discutiram a mudança.

PL do nível superior está no STF

O Projeto de Lei específico do Nível Superior está no Supremo Tribunal Federal (STF) e deverá entrar em pauta após a aprovação do PL 2648/2015, que trata do reajuste salarial dos servidores do Judiciário Federal. "A ação do Cotec hoje é organizar os técnicos para que o NS passe a ser uma das prioridades do movimento sindical, ao lado da data-base, jornada de seis horas, fim do assédio moral e outras reivindicações da categoria", afirma o diretor Luis Amauri.

De acordo com o diretor Ronaldo das Virgens, grupos de técnicos têm ido a Brasília para iniciar as articulações no Congresso e com ministros dos Tribunais Superiores, inclusive com o presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski. "Isso mostra que nossa luta está ganhando força nacionalmente. A expectativa é que em breve o STF encaminhe um projeto de lei ao Congresso Nacional", aponta o dirigente sindical.

Exigência de Nível Superior só para novos concursos

No ingresso na carreira passará a ser exigido nível superior apenas para os novos concursos. Quem é técnico continuará sendo da carreira. O pleito é pela mudança de escolaridade para o ingresso no cargo.

O diretor do Sisejufe, Mauro Figueiredo, destaca que há vantagens imediatas. Uma delas é que a mudança do cargo para Nível Superior permitiria que o técnico pudesse atuar também como professor. "Com a alteração, os técnicos também passariam pontuar em concurso público para ingresso em cargos de Nível Superior", explica o dirigente sindical.

Carreiras como analista tributário da Receita Federal, agente e escrivão da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Civil de vários estados, só para citar alguns exemplos, já foram contempladas com a mudança de requisito para nível superior.

Entenda por que o Nível Superior para técnico não é inconstitucional

O Supremo Tribunal Federal (STF) já pacificou o assunto ao julgar improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4303). A relatora do processo, ministra Carmem Lúcia, afirmou em seu voto que "mantidas as atribuições e a denominação dos cargos de auxiliar técnico e assistente em administração judiciária, a lei complementar potiguar não contrariou o Art. 37, inc. II, da Constituição da República, pois sua edição não provocou novo enquadramento, transposição ou transformação dos cargos em questão, tampouco neles houve nova investidura."

Fique sabendo

- Técnico não será analista, continuará sendo técnico;
- NS não configura transformação do cargo porque atribuições e nomenclatura permanecerão as mesmas;
- O anteprojeto da Lei em trâmite no STF não possui impacto financeiro;
- NS não prejudicará quem não detém diploma de nível superior porque os técnicos do PJU que ingressaram na carreira já preencheram os requisitos de ingresso no cargo à época do concurso;
- NS não configura ascensão funcional porque o cargo continuará na mesma carreira, qual seja, a carreira de Técnico-PJU;
- NS não prejudicará os aposentados, abrigados pelo direito adquirido e pelo princípio da isonomia.

Luta do Sisejufe pela isonomia dos ch

Justiça Eleitoral Iniciativa deve ser implementada a partir de abril e os novos cargos em julho

Max Leone

Para a diretora Fernanda Lauria (na foto com o presidente da CCJ, deputado Arthur Lira), atuação do Sisejufe foi decisiva para inclusão da proposta na pauta da comissão

A luta da direção do Sisejufe pela isonomia dos chefe de cartório vem se desenvolvendo desde 2006. A proposta tramitou por seis anos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e em 2013 virou anteprojeto de lei, sendo encaminhado à Câmara dos Deputados no final de 2013.

O Sisejufe teve atuação decisiva na aprovação do então PL 7027/2013 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJ). A articulação das dirigentes Fernanda Lauria e Neli Rosa e do assessor parlamentar Alexandre Marques junto ao presidente da comissão, deputado Arthur Lira (PP-AL), garantiu a inclusão do PL na pauta extraordinária do dia 11 de março de 2015, tendo sido aprovado por unanimidade naquela data.

Em seguida, foi para o Senado como PLC 25/2015, onde, mais uma vez, a atuação do Sisejufe foi decisiva. A inclusão na pauta de votação da CCJ do Senado e no plenário daquela Casa foram resultados do amplo trabalho de articulação política do Sisejufe e contou com o fundamental apoio do senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

No dia 17 de junho de 2015, após articulação da diretora do Sisejufe Fernanda Lauria, do coordenador da Fenajufe e representante de base do sindicato, Roberto Ponciano, de Jailton Assis e Jose Luiz, chefe de cartório da 138ª Zona Eleitoral de Queimados, o parlamentar atuou junto ao presidente da CCJ, senador José Maranhão (PMDB-PB), para que o projeto fosse incluído na pauta do mesmo dia, após a realização de dez sabatinas. O senador petista, depois da aprovação do PL naquele dia, ainda solicitou urgência.

Conforme acordado em reunião com Fernanda Lauria e Roberto Ponciano, Lindbergh Farias também atuou firme junto ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para que o projeto fosse incluído na pauta da sessão plenária de 1º de julho de 2015, tendo sido aprovado por unanimidade naquela data. No dia 27 de julho de 2015 a presidenta Dilma Rousseff sancionou o PLC 25/15, que virou a Lei 13.150/15.

Veja os últimos passos da negociação

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no dia 4 de novembro de 2015, enviou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) ofício cortando integralmente os recursos referentes à Lei 13.150/15 constantes do anexo V do PLOA 2016. Desde então, o Sisejufe vem trabalhando incansavelmente para solucionar este problema.

Fernanda Lauria discute com Dep Ricardo Teobaldo, e com o consultor de orçamento Marcelo Rezende soluções para reverter o corte

No dia 18 de novembro, o secretário de Orçamento e Finanças do TSE, Eduardo Bechara, recebeu a diretora Fernanda Lauria, o assessor parlamentar do Sisejufe Alexandre Marques e o diretor de base do Sintraemg Fernando Guetti. Na ocasião, Bechara alertou aos sindicalistas que o governo, por meio de um adendo, havia incluído o parágrafo 12 no Art. 78 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), o que inviabilizaria, em 2016, a isonomia dos chefes de cartório. O parágrafo 12 estabelece lista taxativa das admissões que poderão ser implementadas este ano e a Lei 13.150 não se enquadrava em nenhum caso ali previsto.

Dessa forma, a direção do sindicato passou a atuar em duas frentes de trabalho no Congresso: na alteração do PLDO para incluir a Lei 13.150 no rol das autorizações previstas no parágrafo 12 e na reversão do corte do orçamento da lei no anexo V do PLOA. A principal frente de atuação passou a ser alteração do PLDO, uma vez que, mantendo-se o texto, a implementação da Lei 13.150, mesmo com recursos da própria Justiça Eleitoral, estaria vedada.

Ainda no dia 18, Fernanda Lauria se encontrou com o sena-

nefes de cartório começou em 2006

Após trabalho intenso da diretoria do Sisejufe, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, assinou no dia 29 de janeiro ofício com pedido de alteração do Anexo V da Lei Orçamentária Anual (LOA) para recompor grande parte do orçamento da Lei 13.150/15, cortado pelo governo em novembro de 2015

Representantes do MPOG, dirigentes sindicais e o senador Humberto Costa reunidos em mais uma etapa da negociação

dor Humberto Costa (PT-PE) e com o relator do PLDO, deputado Ricardo Teobaldo (PMB-PE). A dirigente do Sisejufe explicou os dois problemas a serem enfrentados pela Justiça Eleitoral para a implementação integral da Lei 13.150. Em seguida, o relator promoveu reunião na CMO com os consultores de Orçamento da Câmara Marcelo Rezende, Eugênio Greggianin e Sérgio Sambosuke. Além de Fernanda, o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, participou do encontro em que o grupo analisou o melhor caminho a seguir.

No dia seguinte, Fernanda Lauria conversou com o secretário-adjunto de Orçamento Federal, George Alberto Soares. O secretário informou que o ministério, ao promover o corte no orçamento, não sabia que a lei já estava parcialmente implementada e reconheceu que a situação era grave.

Já no dia 24 de novembro a diretora Fernanda Lauria, a coordenadora-geral da Fenajufe, Mara Weber, o assessor parlamentar do sindicato Alexandre Marques e o servidor Lucas Ferreira Costa, da 90ª Zona Eleitoral de Volta Redonda, se reuniram com o senador Humberto Costa, com a secretária de Orçamento Federal do ministério, Esther Dweck, e com o secretário-adjunto de Orçamento Federal, George Alberto Soares. No encontro, após ponderação das dirigentes e do servidor, Esther Dweck reconheceu o problema e informou que levaria a questão ao então ministro de Planejamento, Nelson Barbosa, que, posteriormente, viria a concordar com a alteração do parágrafo 12, proposta pelo Sisejufe.

Ainda no mesmo dia, o grupo se reuniu com os senadores Humberto Costa e Lindbergh Farias (PT-RJ) para discutir os próximos passos da negociação. Os parlamentares chamaram o assessor Dalmo Palmeira que orientou o grupo na elaboração do adendo que seria apresentado ao relator da LDO para modificar o parágrafo 12.

No dia seguinte, a diretora do Sisejufe conversou novamente com o deputado Ricardo Teobaldo, relator da LDO, e explicou o que tinha sido feito e o que ficara acordado em relação à modificação da LDO. O deputado então se comprometeu a apresentar o adendo elaborado pela direção do Sisejufe. Em seguida, Fernanda Lauria e Lucas deixaram o texto do adendo no gabinete do relator e entregaram uma cópia para Marcelo Rezende, consultor de orçamento da CMO.

Na tarde de 1º de dezembro de 2015, a diretora do Sisejufe, Fernanda Lauria e o diretor-presidente da entidade, Valter Nogueira Alves, reuniram-se na CMO com o relator da LDO. Após confirmar com o senador Humberto Costa a informação passada pelos dirigentes de que o MPOG estava de acordo com a alteração da LDO, o relator solicitou à assessoria que preparasse o documento oficial para apresentação do adendo proposto pela direção do Sisejufe. No mesmo dia, Fernanda Lauria teve a confirmação de que o adendo havia sido preparado e protocolizado.

Com a alteração do PLDO bem encaminhada, a direção do Sisejufe continuou a luta para conseguir a devolução do orçamento cortado do anexo V.

Na sessão da CMO de 16 de dezembro de 2015, o relator do orçamento, deputado Ricardo Barros, não concordou com a recomposição total dos valores cortados (R$ 86 milhões) e a saída encontrada foi a inclusão, no Anexo V, de uma "janela" de R$ 2 milhões para facilitar a recomposição dos recursos posteriormente.

Em 17 dezembro, o Congresso Nacional aprovou o PLDO 2016 com a modificação proposta pelo Sisejufe. Assim, a Lei 13.150/15 foi incluída no rol das autorizações previstas no parágrafo 12 do Artigo 78 (renumerado para Art 99, após a redação final).

No dia 31 de dezembro, a LDO 2016 foi sancionada sendo mantido o texto incluído pelo Sisejufe.

A LOA foi sancionada em 14 de janeiro deste ano, sem vetos, confirmando a janela de R$ 2 milhões incluída no anexo V para a Lei 13.150/15.

No dia 21 de janeiro de 2016, a diretora do Sisejufe Fernanda Lauria conversou com a secretária de Orçamento Federal, Esther Dweck, que informou sobre a necessidade de alteração do anexo V da LOA para aumentar o limite ali estabelecido (R$ 2 milhões). Segundo a secretária, para alterar o anexo V é necessário Projeto de Lei (PL) após solicitação da alteração pelo TSE.

Na sexta-feira, 29 de janeiro, o ministro Dias Toffoli assinou ofício solicitando a alteração do anexo V da LOA.

De acordo com a direção do Sisejufe, o esforço agora é para que o Ministério do Planejamento agilize a elaboração de um projeto de lei que permita o remanejamento do recurso que foi cortado da Justiça Eleitoral

Presidente do Sisejufe, Valter Nogueira e a diretora Fernanda Lauria em conversa com consultores de orçamento da Câmara

Sisejufe articula para que reposiçã

Reajuste Salarial — Enquanto urgência não é aprovada, projeto segue tramitando nas comissões

Cristiane Vianna Amaral

Fotos: Samuel Tosta

Presidente do Sisejufe, Valter Nogueira, fala sobre a luta pela recomposição salarial da categoria em umas das passeatas realizadas no Centro do Rio

O ano legislativo de 2016 está começando e a direção do Sisejufe já articula para que a reposição salarial dos servidores do Judiciário seja apreciada no Plenário da Câmara. "É nossa obrigação enquanto dirigentes conquistar melhorias concretas para a vida do servidor", destaca o presidente do sindicato, Valter Nogueira Alves. Ele ressalta que estão sendo feitas articulações para aprovar o pedido de urgência 2974/2015, apresentado pelo deputado José Guimarães (PT/CE), líder do governo na Câmara, o que levaria o projeto a ser votado imediatamente pelos deputados em Plenário e ser encaminhado para o Senado. A Lei Orçamentária Anual (LOA) já foi sancionada pelo Executivo com a previsão do reajuste para os trabalhadores do Judiciário Federal.

Sem retroativo, alternativa é abono ou antecipação da última parcela

É importante ressaltar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) proíbe o pagamento retroativo das parcelas anteriores à aprovação do PL. O presidente do Sisejufe propôs ao diretor-geral do STF, Amarildo Vieira, que os recursos previstos para janeiro até a aprovação do projeto sejam pagos em forma de abono ou antecipação da última parcela de julho para janeiro de 2019, diminuindo tempo de implementação da recomposição. "Esta é uma forma de não perder os recursos que já estão garantidos na LOA, diminuindo as perdas da categoria."

Correr contra o tempo é fundamental para estancar as perdas salariais. O PL 2648 prevê que a primeira parcela seja paga em janeiro deste ano. O Sisejufe vai trabalhar para que a decisão da categoria no Rio de Janeiro prevaleça. "Somos a favor de aprimorar a proposta, desde que as emendas não inviabilizem ou atrasem ainda mais a sua aprovação", diz Valter.

Enquanto isso, projeto segue tramitando nas comissões

O projeto já foi aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara Federal e agora se encontra na Comissão de Finanças e Tributação, sob a relatoria do deputado Rodrigo Martins (PSB/PI). Caso não seja apreciado o pedido de urgência, o PL teria que passar ainda pela Comissão de Constituição e Justiça. "Infelizmente, alguns dirigentes acreditam que a derrota financeira da categoria significa uma vitória política sobre o governo e articulam para que o nosso reajuste fique parado nas comissões", analisa o presidente.

Nas redes e nas ruas: servidores fazem mobilização histórica

O movimento paredista de 2015 entrou pra história da categoria. Mostrou que com a união dos servidores é possível pressionar o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Novas lideranças surgiram e as redes sociais mudaram a forma de fazer política sindical. O Supremo Tribunal Federal só apresentou uma alternativa, o PL 2648, porque os servidores estavam mobilizados.

O Sisejufe reafirmou sua posição protagonista nas lutas dos servidores do Judiciário. No ano passado, foi um dos primeiros estados a entrar na greve e um dos que teve maior adesão, realizando três grandes passeatas no centro da Capital. Nas redes sociais, a reposição foi parar entre os Trend Topics do Twitter.

Em 2016, o Sisejufe vai continuar lutando pela reposição. "Só vamos parar quando o dinheiro estiver na conta dos servidores. E isso só nos dará mais energia para continuar buscando novas vitórias", sinaliza o presidente.

ão vá ao Plenário imediatamente

Sindicato do Rio de Janeiro é protagonista na luta pelo reajuste

Foto: Samuel Tosta

Em 2014, foi do Sisejufe a iniciativa de defender o PL 6613/2009 como elemento central da campanha salarial. Naquele momento, a categoria não tinha nenhuma perspectiva de reajuste. A partir de um estudo de viabilidade econômica, foi possível comprovar que o custo orçamentário da implantação da proposição não chegaria sequer a arranhar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, a desculpa mais utilizada então pelo governo para não aprovar projetos de reposição salarial para as categorias, em especial para o Judiciário.

Além do Supremo Tribunal Federal (STF), os estudos foram encaminhados para os tribunais superiores com o objetivo de construir um ambiente favorável para uma proposta conjunta. "Já naquela época, éramos atacados pela oposição por priorizarmos a melhoria salarial para a categoria", lembra o diretor do Sisejufe, Ricardo Quiroga. Dirigentes do sindicato também estiveram com o deputado federal João Dado (SDD-SP), relator do PL 6613, e com o Ministério do Planejamento (MPOG), ao mesmo tempo em que continuaram trabalhando para mobilizar a categoria.

Em maio, o STF fez a reunião de instalação da mesa de negociação com representantes da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário Nacional (Fenajufe), tribunais e conselhos superiores tendo por base a proposta do Sindicato do Rio de Janeiro a partir do projeto que já estava tramitando na Câmara. "A política do Sisejufe foi reconhecida pelo próprio Supremo, contrariando o que queria a oposição." A mobilização da categoria, juntamente com a materialização de um projeto viável, também foi capaz de barrar o projeto de carreiras exclusivas.

No final de agosto, o Supremo encaminhou ao Legislativo o projeto nos moldes dos estudos feitos pela direção do Sisejufe, com a GAJ de 90% em seis parcelas semestrais. Em março de 2015, o PL 7920/2014 avançou na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara e foi encaminhado ao Senado. O então Projeto de Lei da Câmara 28/2015 foi aprovado pelos senadores. No entanto, foi vetado pela presidenta Dilma. Apesar de o STF já ter encaminhado o Projeto de Lei 2648/2015, que concede o reajuste de 41, 47% em oito parcelas semestrais, os servidores de todo o país decidem lutar pela derrubada do Veto 26. Por uma diferença de apenas seis votos, deputados federais mantiveram o veto ao projeto de reposição salarial dos servidores do Judiciário Federal em sessão do Congresso Nacional, no dia 17 de novembro.

Calor extremo compromete saúde dos servidores e conservação dos documentos do arquivo do TRT-RJ em Bonsucesso

Insalubridade Sisejufe cobra da administração um ambiente saudável de trabalho

Tais Faccioli

A sensação que se tem ao entrar no arquivo do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RJ) em Bonsucesso, na Zona Norte do Rio, é a de estar em uma estufa. Nossa equipe de reportagem esteve no local às quatro da tarde num dia de sol quente, quando o termômetro marcava 35°C. Servidores que preferem não se identificar dizem que, ao meio-dia, o calor fica insuportável.

No enorme galpão onde são arquivados processos trabalhistas do Judiciário Federal do ano de 2009 pra cá não foi instalado sistema de ar-condicionado. Há apenas três ventiladores. Dois deles estão quebrados. Devido à temperatura extrema, os funcionários manipulam os documentos sem usar luvas e máscaras, equipamentos de proteção individual necessários, segundo a coordenadora de Preservação do Arquivo Nacional, Lucia Peralta, para evitar o contato com poeira e possíveis ácaros.

De acordo com o pesquisador Renato Bonfatti, do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, a temperatura confortável para não sobrecarregar o corpo é entre 24 e 26°C. "Quando a gente trabalha no calor excessivo se sente mais desgastado e isso tem respaldo nos estudos fisiológicos; sobrecarrega o coração, sobrecarrega nosso sistema como um todo", diz o professor, ressaltando que faz uma análise de maneira geral, já que não esteve no arquivo citado.

No enorme galpão há apenas três ventiladores, dois deles quebrados

Tanto o pesquisador da Fiocruz, como a coordenadora do Arquivo Nacional, destacam que em um arquivo é fundamental fazer a climatização do ambiente, ou seja, o equilíbrio entre temperatura e umidade. "A climatização mal feita pode favorecer o surgimento de colônias de fungos", aponta Bonfatti. Lucia Peralta aconselha que o ideal é manter 55% de umidade e o controle da temperatura em torno de 21°C. É a chamada refrigeração de conforto, que garante a conservação dos papéis, ajudando a evitar a proliferação de microorganismos. "Como o galpão é muito grande, seria recomendável compartimentar (dividir em pequenos espaços) o ambiente para haver um maior controle", aponta Lúcia.

Trabalhar em ambiente saudável é direito previsto na Constituição e na CLT

Para Renato Bonfatti, é preciso reconfigurar o processo de trabalho, adotando boas práticas que reduzam ou atenuem a exposição aos riscos: "Nos arquivos, a ameaça é principalmente biológica, destes microorganismos que vão se acumulando no papel e podem produzir problemas respiratórios e dermatológicos." Outro risco à saúde é em relação ao manuseio dos papéis. O professor, que também é especialista em ergonomia, explica que o carregamento de peso de forma inadequada pode sobrecarregar a coluna e ocasionar problemas na postura.

No arquivo de Bonsucesso, a maior parte dos documentos fica empilhada no chão

O pesquisador da Fiocruz diz que os servidores devem cobrar da administração um ambiente saudável já que este é um direito do trabalhador previsto no artigo 196 da Constituição e na CLT. "Tem que ser feita uma avaliação das condições junto com os trabalhadores para você tirar medidas de correção. E neste ponto a participação do sindicato é fundamental. A luta pela saúde é uma luta pela cidadania", afirma.

Organização do arquivo também deve ser foco de mudança

A advogada trabalhista Roberta Irene Correa Amaral frequenta o arquivo de Bonsucesso para consultar processos desde que o local começou a funcionar, há pouco mais de seis meses. Ela reclama da estrutura precária. "Os processos ficam no chão, há dificuldade de buscar e encontrar os documentos. A Xerox não funciona, então, como alternativa eu tiro fotos dos processos com meu próprio celular. Os funcionários também não têm acesso a um computador. Se a gente precisa de uma informação sobre determinado processo, não tem como pesquisar", diz a profissional.

A indignação de Roberta procede. Parte dos documentos está organizada em estantes e caixas adequadas. O restante fica jogado pelo chão, aumentando o risco de deterioração do material. "Os papéis que estão no chão, mesmo que provisoriamente, deveriam ser colocados em paletes de plástico (estrados), para que fiquem protegidos de roedores e até de um sinistro, como por exemplo, um vazamento de água. Antes de arquivar os processos nas estantes, também é importante que estes documentos passem por uma higienização para retirada da poeira", orienta a pesquisadora Lucia Peralta.

Pesquisadora Lúcia Peralta orienta estagiário na higienização de documentos

De acordo com a coordenadora de Preservação do Arquivo Nacional, pessoas que fazem esse tipo de serviço precisam passar por treinamento para aprender as técnicas corretas de conservação: "O Arquivo Nacional faz agendamento de visitas técnicas gratuitas e depois produz um relatório de avaliação. Seria interessante que o TRT solicitasse esse serviço. É mais importante preservar, para depois não ter que restaurar um documento, que é um trabalho muito mais complicado."

A imprensa do Sisejufe pediu esclarecimentos à ouvidoria e à presidência do TRT-RJ, através de email, mas não houve resposta até o fechamento desta edição. "Vamos pedir uma reunião com a administração para cobrar medidas que resolvam o problema", diz o diretor do Sisejufe Ricardo Quiroga.

Como preservar papéis

- Manuseie com cuidado e com as mãos limpas
- Não faça anotação nas folhas
- Evite guardar papéis dobrados
- Não use clipes ou outros materiais metálicos que podem oxidar o documento
- Não coloque fitas adesivas
- Use uma superfície higienizada com álcool 70 para retirar poeira de papéis
- Alimentos próximos aos documentos trazem impurezas e atraem insetos

Fonte: Coordenadoria de Preservação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro